

# News Paper®

Informativo  
Setorial ANDIPA



## Nesta edição

Fiesp participa de discussões sobre papel imune

Combate aos desvios reúne setor com receitas federal e estadual

Legalização do setor de papel recebe apoio da FecomercioSP

Reeleito, conselho diretor tem dois novos membros

ANDIPA vai à Receita Federal por alíquota reduzida de PIS/COFINS

## Agenda positiva pela legalização do setor

As adversidades nos levam a superar barreiras, vislumbrar novos caminhos, evoluir. Nos últimos três anos, enfrentamos dificuldades adicionais à nossa já árdua missão de atuar eticamente no mercado de papel, tão contaminado pelo uso ilícito da imunidade tributária. Com persistência, temos conseguido sensibilizar importantes agentes públicos e privados para a relevância e impacto econômico de ações ilegais que assombram nossa atividade.

Editorial - continua página 2

## Produção nacional atende, no máximo, 60% do mercado de clichê

Quanto papel clichê é consumido no Brasil? E qual a capacidade de produção das indústrias locais? Estas são perguntas objetivas que feitas a representantes do setor papeleiro recebem respostas dúbias e tendenciosas, impedindo com que se tenha clareza do real tamanho e importância deste produto na produção gráfica e editorial do país.

Veja matéria página 07

### Expediente

NewsPaper Informativo Setorial ANDIPA é uma publicação bimestral da ANDIPA - Associação Nacional dos Distribuidores de Papel. Direitos autorais reservados. Publicado em 13.12.2012

### Contatos

Telefone: (11) 3044-2214  
E-mail: [andipa@andipa.org.br](mailto:andipa@andipa.org.br)

### Presidente

Vitor Paulo de Andrade

### Diretoria

Antonio Manoel de Mattos Vieira Neto  
José Luiz Figueira Júnior  
Paulo Ribeiro da Cruz Moura

### Presidente Executivo

Vicente Amato Sobrinho

### Assistente Administrativo

Iolanda Moretti

### Assistente de Diretoria

Edna Souza

### Assessoria de Comunicação e Conteúdo

Editorial Keser Serviços de Comunicação

### Jornalista Responsável

Rosângela Valente - Mtb 121/MS  
[rosangelavalente@uol.com.br](mailto:rosangelavalente@uol.com.br)

# Agenda positiva pela legalização do setor

*As adversidades nos levam a superar barreiras, vislumbrar novos caminhos, evoluir. Nos últimos três anos, enfrentamos dificuldades adicionais à nossa já árdua missão de atuar eticamente no mercado de papel, tão contaminado pelo uso ilícito da imunidade tributária. Com persistência, temos conseguido sensibilizar importantes agentes públicos e privados para a relevância e impacto econômico de ações ilegais que assombram nossa atividade.*

Seja qual for o desafio imposto à distribuição, enquanto associação temos clareza do objetivo que perseguimos: trabalhar pela legalização e ética no setor papelero, entendendo que este é o maior problema da distribuição.

O caminho percorrido até aqui nos dá a convicção de que podemos congregiar todos os elos da cadeia do papel em prol de uma agenda positiva, que possibilite o combate mais efetivo dos ilícitos, sem comprometer os assuntos específicos de cada segmento. Para isso, precisamos fazer um exercício catártico que nos permita, pragmaticamente, coibir os abusos, propiciando a genuína aplicação da imunidade do papel e a devida rentabilidade, com justa e livre concorrência.

Insistir em medidas aparentemente benéficas para uns, com alto potencial de distorção no mercado de outros elos da cadeia é fomentar uma pernicioso disputa na qual todos perdem. Individualmente cada segmento da cadeia do papel tem seus interesses, peculiaridades e estratégias. No entanto, temos um mal comum, que afeta todo o mercado papelero e a economia nacional – a fraude que transforma papel com imunidade tributária em papel comercial. É neste

ponto crucial que pretendemos unir os esforços das entidades do setor e do poder público, tanto agentes fiscalizadores como legisladores.

Enquanto um mesmo produto ocupar dois mercados tendo como diferencial apenas o preço, vai persistir a prática dos desvios, da fraude. Para virarmos esse jogo a favor das empresas legais e éticas, temos de empreender esforços para reduzir a atratividade e aumentar os riscos. Nesta tarefa, há três pilares capazes de formar a base para a legalização do mercado papelero: **implantar a embalagem especial para papel imune; reduzir a carga tributária sobre o papel comercial; e, reforçar as ações de fiscalização e controle.**

As condições hoje são bastante favoráveis para avançarmos significativamente no combate às fraudes do papel imune, um mal que corrói o setor papelero. Este foi o objetivo da ANDIPA que pautou nosso trabalho nos últimos três anos e nos motiva a conduzir a associação por mais um mandato. Recebemos esta missão como reconhecimento do trabalho desenvolvido até aqui e como desafio de seguirmos avançando, superando os limites para fazer dos problemas novas oportunidades. E é no constante movimento de recomeçar – o novo ano, o novo mandato – que vislumbramos a chance de ver frutificar os esforços semeados, que começaram a germinar, mas ainda exigem muitos cuidados para crescer e florescer.

A todos, boas festas, com uma dose extra e revigorante de confiança, entusiasmo e determinação para seguirmos evoluindo.

*Vitor Paulo de Andrade*

## Fiesp participa de discussões sobre papel imune

O combate às fraudes que envolvem o papel imune ganhou o apoio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que através do diretor-titular do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior (DereX), Roberto Giannetti da Fonseca, defende ações harmônicas do setor que efetivamente enfrentem o problema dos desvios, promovendo melhor competitividade à toda cadeia produtiva do setor papeleiro. “Temos de buscar harmonia entre os elos da cadeia produtiva, no caso são três associações – Abigraf, Andipa e Bracelpa – e estamos próximos de formarmos, junto com a Fiesp, uma aliança para o combate à fraude do papel imune. Pois, nisso todo mundo concorda”, afirmou Giannetti, em entrevista ao NewsPaper.

Para se chegar a este consenso, Giannetti considera que precisam ser reavaliadas as posições das entidades quando a aplicação da alíquota majorada do imposto de importação que, a pedido dos fabricantes nacionais, foi incluída na lista dos cem produtos que tiveram aumento temporário, passando de 14% para 25%. Segundo ele, quando houve essa intervenção não se levou em conta uma questão fundamental – o papel imune, que predomina na importação destes papéis. “Portanto, o aumento de tarifa de importação não produzirá nenhum efeito de proteger a indústria de papel na origem e vai prejudicar toda a cadeia produtiva a jusante”, constata o diretor, especialista em comércio exterior.

A mobilização da ANDIPA junto ao governo federal, pedindo que seja revogado o aumento de alíquota do imposto de importação foi o que deu notoriedade ao problema dos desvios do papel imune a diferentes interlocutores públicos e privados e provocou o envolvimento da Fiesp. Para Giannetti, “a posição da ANDIPA de pedir uma revisão do imposto é um pedido pertinente, que tem legitimidade e nós vamos argumentar com a Bracelpa, com a Abigraf e com o próprio governo a conveniência ou não de manter este imposto e eventualmente revê-lo”.

O diretor da Fiesp considera que é possível criar uma agenda positiva, de forma que as entidades setoriais combatam juntas o inimigo comum, que é a fraude do papel imune. “Essa sim está desvirtuando a competitividade do setor, prejudicando as empresas honestas que pagam impostos e que trabalham dentro das leis, tornando as empresas fraudulentoras extremamente competitivas, porque contra uma diferença de imposto que hoje é de quase 50% fica impossível ter concorrência”, avalia.

### Federação

Conforme destacou o diretor da DereX, a Fiesp é muito atenta à questão da proteção da indústria brasileira, da cadeia produtiva como um todo. “Precisamos ter relações equilibradas entre os vários elos da cadeia para que nenhuma parte fique afetada de uma maneira que inviabilize uma relação normal, saudável e sustentável, a médio e longo prazo”, explica, acrescentando que, no caso, a tarifa de importação afeta evidentemente as indústrias que precisam importar papel – pequenas e médias gráficas que não têm sua demanda inteiramente satisfeita pela produção nacional, seja na quantidade, seja qualidade ou na especificação do produto.

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo representa cerca de 130 mil indústrias de diversos setores, de todos os portes e das mais diferentes cadeias produtivas, distribuídas em 131 sindicatos patronais. Conforme anuncia, “sua missão é representar o setor produtivo, defender a iniciativa privada, a economia de mercado e estar atenta às questões nacionais que impactam na atividade industrial e no desenvolvimento do país, um dos motivos que fazem da instituição uma caixa de ressonância dos grandes acontecimentos do país”.

## Combate aos desvios reúne setor com receitas federal e estadual

A primeira reunião visando construir uma agenda positiva e harmônica entre as entidades do setor, sob a mediação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), foi realizada no dia 08 de novembro, na sede da entidade. Conduzida pelo diretor-titular do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Derex), Roberto Giannetti da Fonseca, a reunião teve a presença dos presidentes da Abigraf, ANDIPA, Bracelpa, além de representantes das Receitas Federal e Estadual.

O objetivo da reunião foi discutir o problema do desvio de finalidade do papel imune, que alimenta o mercado comercial de forma ilícita, uma prática que ficou ainda mais atrativa após o aumento da alíquota do Imposto de Importação para alguns tipos de papéis, que são importados quase na totalidade com o benefício da imunidade tributária. Conforme a legislação brasileira vigente, amparada no artigo 150 (VI, d), da Constituição Federal de 1988, o papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos é imune de impostos – no caso, ICMS, IPI e Imposto de Importação.

Apesar de contar com a presença dos principais representantes das entidades mais interessadas no combate aos ilícitos que envolvem o papel imune, a reunião não chegou a tratar do tema mais importante – a redução do imposto de importação. Em função da saída antecipada dos representantes das indústrias, ficou previsto o agendamento de novo encontro para tratar especificamente do assunto. Mesmo assim, Roberto Giannetti avalia como positivos os contatos e prevê “que até o final do ano a aliança entre as entidades setoriais da cadeia produtiva do papel já esteja concluída”.

Nova rodada de discussão deve contar com representantes do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC) e da Câmara de Comércio Exterior (Camex). A Associação Nacional dos Editores de Revistas (ANER) também deve participar, juntamente com ANDIPA, Abigraf e Bracelpa, além do diretor da Fiesp. Inicialmente marcada para o dia 11 de dezembro na sede da Fiesp, em São Paulo, a reunião foi adiada e deve ser realizada em Brasília.

## Legalização do setor de papel recebe apoio da FecomercioSP

Ao tomar ciência do grave problema dos desvios de finalidade do papel imune para o setor e a economia em geral, a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), declarou seu apoio às ações para legalização e estuda o assunto em seu Conselho Superior de Direito.

Em nota, publicada no dia 26 de novembro, “a FecomercioSP apoia todas as propostas do setor para reverter este quadro e reforça a importância da fiscalização no combate ao desvio de finalidade do papel, envolvendo todos os agentes da cadeia produtiva. Entre as medidas prioritárias a serem tomadas, a FecomercioSP entende que a implementação da rotulagem diferenciada para o papel imune, prevista na Lei 12.649, só trará benefícios aos envolvidos, dentro de um prazo razoável de adequação às medidas.”

Sobre os dados recebidos num primeiro momento de contato com o assunto, a Federação compreende que há especulações sobre números de mercado. De acordo com a FecomercioSP, as informações estão sendo analisadas com cautela, com as devidas fontes credenciadas e relacionadas à questão. “Dessa forma, todas as medidas para reverter esse quadro serão estudadas com atenção, com o objetivo de se chegar a um senso comum a todos os envolvidos no setor.”

Para o presidente executivo da ANDIPA, Vicente Amato Sobrinho, o envolvimento da Federação é um apoio importante para que as medidas de controle e fiscalização sejam efetivamente aplicadas, visando o combate à ilegalidade e não como mecanismo de proteção comercial. “O assunto é grave e complexo, requer boa vontade e imparcialidade dos interlocutores para correto e justo diagnóstico. E a participação da FecomercioSP certamente contribuirá”, informou Amato.

## Entidade europeia abre diálogo para evitar ação antidumping no cuchê

Diante de ameaças da indústria nacional de pedir investigação de dumping no papel cuchê estrangeiro, a entidade que congrega os fabricantes na Europa – CEPI – Confederation of European Paper Industries – chamou a Bracelpa à mesa de negociação.

A primeira reunião aconteceu na Bélgica em novembro, na qual foi proposto que se organize no Brasil, em fevereiro de 2013, reuniões com os exportadores dando andamento às conversações. Enquanto isso, foi conversado que ficam paralisadas

por três meses quaisquer ações para pedido de investigação antidumping, conforme documento assinado pela diretora geral da CEPI, Teresa Presas.

A intervenção da Confederação teve boa repercussão nos vários segmentos do mercado papeleiro no Brasil, que defendem a livre e leal concorrência. Caso a indústria brasileira insista na denuncia de dumping, os fabricantes internacionais podem propor medidas semelhantes, que afetariam ainda mais as relações de comércio exterior do setor.

## ANDIPA vai à Receita Federal por alíquota reduzida de PIS/COFINS

O presidente da ANDIPA, Vitor Paulo de Andrade, foi recebido em audiência pela equipe do Subsecretário de Tributação e Contencioso da Receita Federal, Sandro de Vargas Serpa, no dia 30 de novembro. Na pauta do encontro, adiantada em ofício da Associação datado de 16 de agosto, a interpretação dada à Lei 10.865/04 que estabelece a redução da alíquota do PIS/COFINS de 9,25% para 4%. Este benefício tem sido negado aos distribuidores importadores, com base no Decreto 5.171/04, que limita o direito a representante de fabricante estrangeiro.

Expondo as condições do mercado papelero, a Associação pede que a Receita Federal reconheça a detenção do Registro Especial de Estabelecimento da Lei 11.945/09 como única condição para a redução da alíquota de PIS/COFINS. “Tivemos ótima recepção e pudemos mostrar que um equívoco interpretativo da Receita tem prejudicado todo o setor e beneficiado

apenas aqueles que desviam a destinação do papel”, explicou Gustavo Dalla Valle, assessor jurídico que acompanhou o presidente na reunião.

Como alternativa na busca por uma solução definitiva para a questão, independente do judiciário, o setor de distribuição vai formular consulta à Coordenadoria Geral de Tributação (Cosit) sobre a interpretação da lei, órgão da Receita Federal que pode dar orientação à fiscalização.

A interpretação restritiva da lei, antes aplicada apenas no desembaraço de papel couchê, passou a ser verificada também no papel jornal. Por isso, paralelamente, a Associação ajuizou nova ação e aguarda o trâmite legal. Enquanto isso, a primeira ação movida pela ANDIPA permanece à espera de julgamento e os associados têm assegurado, por liminar, o direito de recolher a alíquota de 4%.

## Reeleito, conselho diretor tem dois novos membros

O Conselho Diretor da ANDIPA para o triênio 2013/2015, eleito na Assembleia Geral Ordinária de 7 de novembro, tem dois membros reeleitos e dois novos integrantes. A partir de 1º de Janeiro de 2013, assumem o Conselho Diretor os representantes das associadas: Antonio Manoel de Mattos Vieira Neto, da AMV Papéis Distribuidora (DF), José Luiz Barbosa Leonardos, OPUS Opções, Papéis, Soluções (SP), Marcelo Patury Accioly, da Tecpel Imp. e Distribuição de Papéis (PE) e Vitor Paulo de Andrade, da Rio Branco Com. Ind. de Papéis (SP). Leonardos e Patury chegam para integrar a direção da ANDIPA pelos próximos três anos, ao lado de Andrade e Mattos que seguem reeleitos.

Conforme estabelece o Estatuto Social da Associação – Art 14 b, a presidência é definida em reunião do próprio Conselho Diretor, sendo que um dos integrantes eleitos em Assembleia deve ser escolhido, por unanimidade, para o cargo.

Atual presidente e membro do Novo Conselho eleito, Vitor Paulo de Andrade avalia que os desafios do segundo mandato são os mesmos enfrentados nos últimos anos e estão intrinsecamente ligados às distorções provocadas pelas fraudes envolvendo o papel imune. No entanto, o desenrolar dos assuntos iminentes deve possibilitar “uma atuação mais auspiciosa no combate aos desvios de finalidade do papel imune”.



## Capacidade máxima de produção pode atender até 60% do consumo de couchê

Se as fábricas produzissem em plena capacidade, a produção nacional de couchê seria em torno de 330 mil toneladas ao ano, o suficiente para atender a - no máximo - 60% do consumo, de cerca de 550 mil toneladas. Com a produção nacional abaixo do patamar de 300 mil toneladas de couchê, a indústria de transformação fica ainda mais dependente das importações.

Muito se especula sobre o tamanho do mercado de papel couchê. Por isso, a ANDIPA analisou dados disponíveis dos anos anteriores que permitem ter a real dimensão deste importante segmento do setor papelero e da economia nacional.

Atualmente, a produção de couchê no Brasil depende de três fabricantes, Suzano, Ahlstrom e Oji Papéis. A primeira tem capacidade para produzir 190 mil toneladas de papel revestido, sendo 90 mil toneladas na unidade Suzano e 100 mil toneladas na unidade Limeira, conforme consta no portal da companhia nas relações com investidores (última atualização em 20 de junho de 2011). No entanto, o volume efetivamente produzido no ano passado foi de 163 mil toneladas, como informado na página 21 do Relatório de Sustentabilidade 2011, da Suzano Papel e Celulose.

A Ahlstrom também não opera em plena capacidade, que é de 100 mil toneladas de couchê. Segundo fontes da empresa, a produção anual fica em torno de 60 mil toneladas de couchê e se restringe ao tipo L1, decisão tomada em função das condições do mercado.

A terceira produtora de couchê é a fábrica de Piracicaba, atualmente comandada pela Oji Papéis, onde foram produzidas cerca de 50 mil toneladas de couchê em 2010, ainda como unidade da Fibria. Em setembro de 2011, o grupo japonês Oji assumiu a fábrica de papéis especiais, iniciando suas operações no setor de papel no Brasil e "por uma estratégia de negócio focou seus esforços para o mercado de papel térmico".

Resguardada como informação estratégica, a Oji Papéis não confirma sua capacidade específica de couchê, mas informou que "apenas transferiu a sua produção de papel couchê L2, para a fabricação de papel couchê L1 – Uniside e papel base para térmico, focando nossos esforços para alcançar 60 mil t/ ano de papel térmico até o fim de 2013". Considerando a capacidade produtiva total de 120 mil toneladas de papel por ano – entre couchê, térmicos e autocopiativos – especialistas do mercado estimam que produção máxima de couchê desta unidade gire em torno de 40 mil toneladas ao ano.

Em 2010, juntas, as fábricas instaladas no País

produziram 295 mil toneladas de papel revestido, conforme Relatório Conjuntura Setorial, da Bracelpa, nº 27, última edição em que foram divulgados os números detalhados por especificação de papéis de imprimir e escrever. Desde então, o relatório publicado pela associação dos fabricantes informa apenas o total geral, que engloba os papéis com e sem pasta, revestidos e não revestidos, em diversos formatos.

No mesmo ano, as importações somaram 363,5 mil toneladas, enquanto as exportações de couchê totalizaram 43 mil toneladas, conforme dados apurados (em dezembro de 2012) no Sistema AliceWeb, da Secretaria de Comércio Exterior (Secex). Os papéis couchês são classificados em quatro NCMs – Nomenclatura Comum do Mercosul – de acordo com suas especificações – 4810.13.89, 4810.13.90, 4810.19.89 e 4810.19.90.

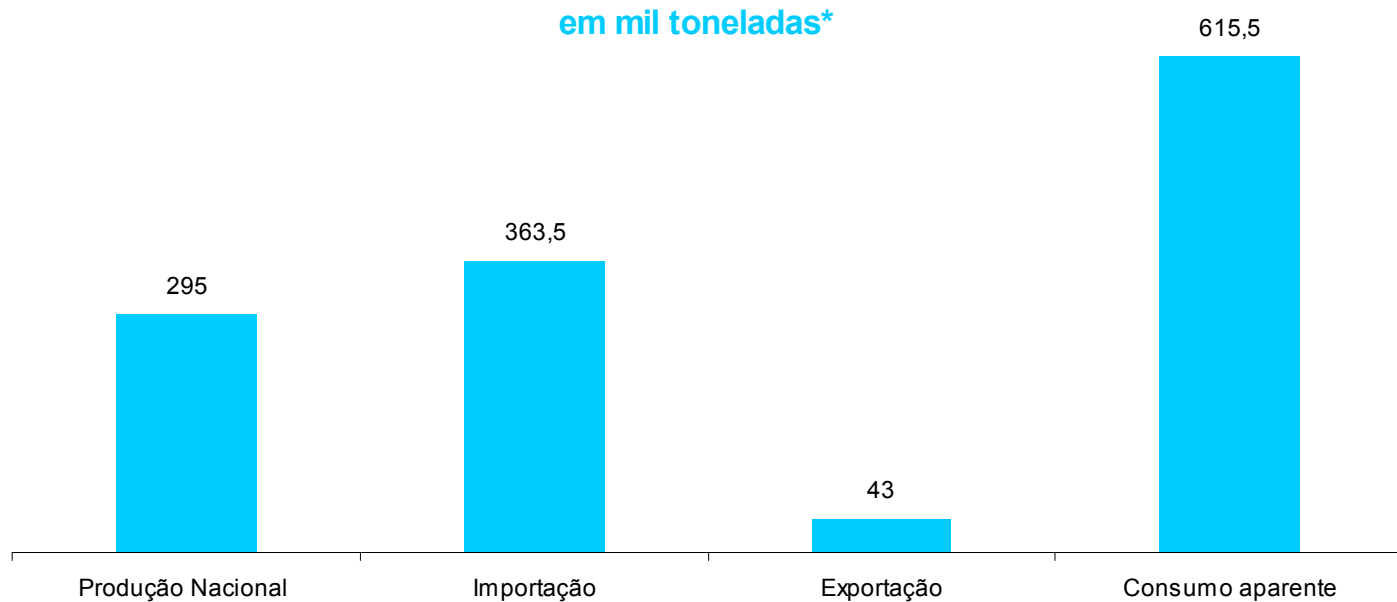
Considerando a produção (295 mil toneladas) mais as importações (363,5 mil toneladas) e descontando as exportações (43 mil toneladas), em 2010, o consumo aparente de papel couchê no Brasil foi 615,5 mil toneladas. Vitor de Andrade, presidente da ANDIPA, observa que 2010 foi um ano de economia aquecida, com câmbio favorável às importações, que provavelmente representaram estoques mais altos no final do ano. Mesmo assim, é possível extrapolar o resultado daquele ano e estimar o tamanho do mercado de couchê atual.

Para isso, há de se considerar os indícios de que parte do papel importado como couchê corresponde a papel cartão, uma fraude deliberada que utiliza a imunidade tributária destinada exclusivamente a papéis com fins editoriais – livros, jornais e periódicos. De difícil comprovação que não seja pela fiscalização efetiva, esta prática se limita pela própria demanda.

A ANDIPA avalia que este ilícito seja restrito às operações com couchê de alta gramatura – enquadradas no NCM 4810.19.89. No ano passado, as importações nesta nomenclatura somaram 91,8 mil toneladas, de acordo com a Secex. Com base no comportamento das vendas dos vários tipos de couchê, a Associação estima que, deste total, 32 mil toneladas sejam de fato de couchê de alta gramatura e a diferença (cerca de 60 mil toneladas) corresponda a cartão disfarçado de couchê.

Desta forma, podemos considerar que a produção gráfica e editorial no Brasil consome anualmente, em média, 550 mil toneladas de papel couchê. Dos quais, no máximo, 330 mil toneladas poderiam ser produzidas em máquinas instaladas e em operação no País.

## Mercado de cuchê em mil toneladas\*



\*Dados referentes ao ano de 2010.

Fonte: Conjuntura Setorial e Aliceweb – Secex / MDIC



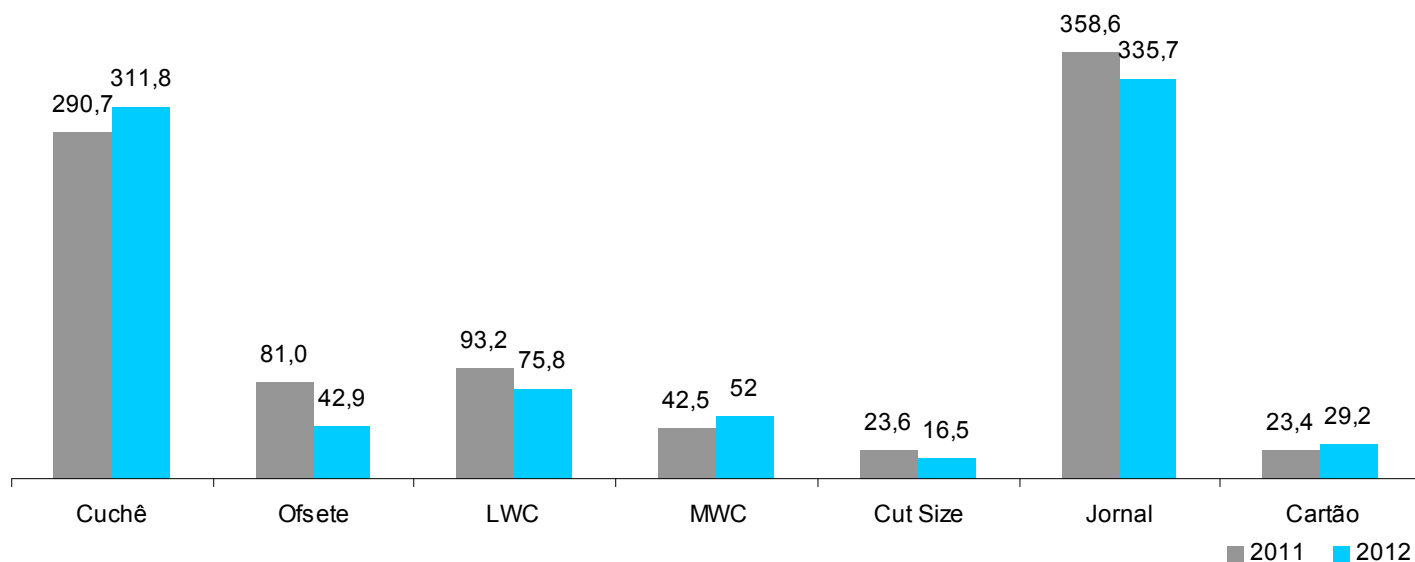
## Importação geral recua, de cuchê cresce

Peculiar, o mercado de cuchê importado segue com demanda aquecida enquanto o grupo geral de papéis de imprimir e escrever acumula retração de 6,5% no acumulado de janeiro a outubro. Com a entrada de 33 mil toneladas de cuchê em outubro, as importações no ano somam 311,8 mil toneladas, 7,3% a mais que as 290,7 mil toneladas dos dez meses de 2011, conforme dados apurados no Sistema AliceWeb, da Secretaria de Comércio Exterior (Secex). Se confirmadas as estimativas para o último bimestre, as importações de cuchê em 2012 devem ultrapassar as 363,5 mil toneladas de 2010, ano de importações de papéis recordes.

No total de papéis de imprimir e escrever, as importações até outubro deste ano somaram 565 mil toneladas, contra 604 mil verificadas no mesmo período do ano passado, de acordo com o relatório Conjuntura Setorial da Bracelpa, que divulga mensalmente alguns indicadores gerais do mercado papeleiro.

Além do cuchê, as importações também foram maiores este ano nos grupos de MWC e papel cartão, como mostra acompanhando individual de sete grupos de produtos, realizado mensalmente pela ANDIPA junto à Secex. Com base nos dados oficiais até outubro, as importações de ofsete, LWC, jornal e cut size recuaram na comparação com os dez meses de 2011, como demonstra o gráfico abaixo.

### Importação de papéis - janeiro a outubro em mil toneladas



Fonte: Aliceweb – Secex / MDIC

# Papel nacional ganha espaço

A redução de 6,5% nas importações de papéis de imprimir e escrever compensou a produção menor (-1,8%) e fez crescer em 4% as vendas domésticas dos fabricantes nacionais, segundo Relatório Conjuntura Setorial que apresenta dados de janeiro a outubro.

A indústria brasileira produziu 2.187 mil toneladas de papéis de imprimir e escrever nos dez meses deste ano, contra 2.226 mil toneladas no mesmo período de 2011. Do total produzido em 2012, 1.371 mil toneladas foram vendidas internamente e 816 mil toneladas foram destinadas à exportação. No ano anterior, o mercado interno ficou com 1.318 mil toneladas e o externo com 871 mil toneladas.

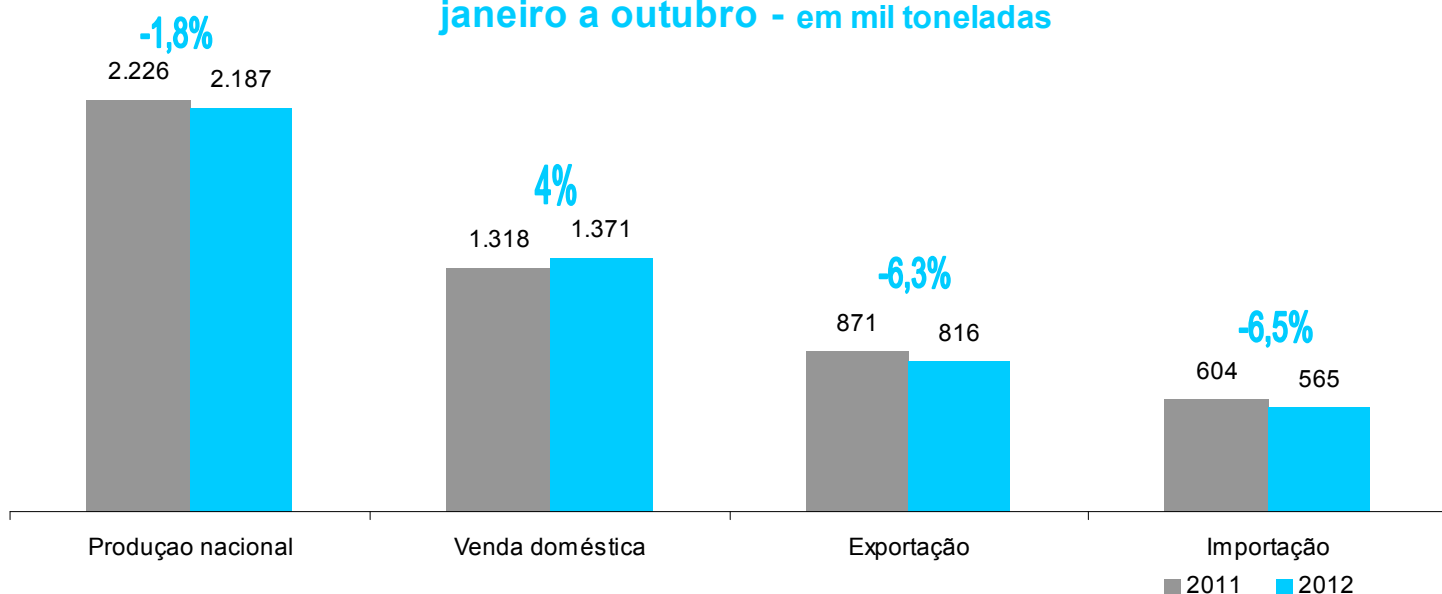
Já as importações de todos os tipos de papéis de imprimir e escrever diminuíram 6,5%, passando de 604 mil toneladas entre janeiro e outubro de 2011 para 565 mil toneladas no mesmo período deste ano, ainda conforme os números apresentados no relatório.

## Outros tipos

Já a produção nacional de papel cartão cresceu 5,1%, passando de 609 mil toneladas para 640 mil toneladas, no intervalo analisado. Com isso, aumentaram também a venda doméstica e a exportação de papel cartão. A fatia destinada ao consumo interno teve incremento de 5,4%, saltando de 423 mil toneladas para 446 mil toneladas. Enquanto a exportação foi o destino de 194 mil toneladas, volume 3,7% maior que as 187 mil toneladas do comparativo anterior.

Altamente dependente de fornecedores internacionais, o segmento de papel jornal teve produção 2,9% maior este ano do que no ano anterior – de 105 mil toneladas para 108 mil toneladas. Ainda assim, o produto nacional atende apenas 24,3% do consumo aparente de 444 mil toneladas de papel jornal. As importações somaram 336 mil toneladas no acumulado até outubro, respondendo por 75,7% do mercado de jornal.

## Papéis de Imprimir e Escrever janeiro a outubro - em mil toneladas



Fonte: Conjuntura Setorial Bracelpa / N° 48 - novembro 2012

Distribuidores Associados

